



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2024

**EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA
DE PEQUENO PORTE**

PROCESSO Nº 64/2024

Torna-se público que a Câmara Municipal de Buritis/RO, realizará com valor alterado referente ao objeto da Dispensa Eletrônica nº 04/2024, baseada nos fundamentos legais da Lei nº 14.133/2021. O valor estimado foi realizado por meio de cotação de preço através da plataforma Banco de Preço, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável.

PERÍODO DE PROPOSTAS: entre às 08h de 27/03/2024 às 09h de 02/04/2024

DATA DA SESSÃO DOS LANCES: 02 de abril de 2024

HORÁRIO DA FASE DE LANCES: das 09h às 16h (horário de Brasília)

PLATAFORMA: <https://licitanet.com.br/>

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1.** Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de LINK DEDICADO DE ACESSO A INTERNET, para atender as demandas da Câmara Municipal de Buritis do Município do estado de Rondônia, por um período de 6 (seis) meses, para atender as demandas da Câmara Municipal de Buritis do Município do estado de Rondônia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
- 1.2.** A contratação será conforme tabela constante abaixo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	01 (UM) LINK DEDICADO DE ACESSO A INTERNET: SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE 01 (UM) CIRCUITO DE FIBRA ÓPTICA DE ACESSO DEDICADO À INTERNET DE 300MBPS	meses	6	R\$ 3.649,44	R\$ 21.896,64



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

	<p>FULL DUPLEX COM DUPLA ABORDAGEM, EXCLUSIVA, 24 HORAS POR DIA, SÍNCRONO E PERMANENTE PARA ACESSO À INTERNET COM INTERCONEXÃO LAN TO LAN (MPLS). 01 (UM) IP PÚBLICO FIXO. 01 (UM) FIREWALL: SOLUÇÃO DE PROTEÇÃO DE REDE EM CLUSTER (HÁ) COM CARACTERÍSTICAS DE NEXT GENERATION FIREWALL (NGFW) E SD-WAN COM GESTÃO DE LOG PARA ATENDIMENTO A LGPD. SERVIÇO COM CANAL DE COMUNICAÇÃO FULL DUPLEX CARACTERÍSTICAS: A VELOCIDADE CONTRATADA DEVERÁ SER ENTREGUE NAS DUAS PONTAS ORIGEM/DESTINO, USANDO INFRAESTRUTURA DE FIBRA ÓPTICA CONTEMPLANDO PROTOCOLO MPLS, TENDO COMO LATÊNCIA MÍNIMA 1 (MS), MÉDIA DE 2 (MS) E MÁXIMA DE 5 (MS) COM DESTINO AO ROTEADOR PRINCIPAL LOCALIZADO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - RO, (RUA SÃO LUCAS, Nº 2476, SETOR 06 – CEP: 76.880-000), DISPONIBILIDADE MÍNIMA DA REDE 95% (NOVENTA E CINCO POR CENTO); A PORTA DE COMUNICAÇÃO LAN DO ROTEADOR INSTALADO PELA CONTRATADA, NA CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO, DEVERÁ ESTAR CONECTADA À PORTA DE UM ROTEADOR PREVIAMENTE INSTALADO NA</p>				
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS/RO, ATRAVÉS DE UMA INTERCONEXÃO LAN TO LAN VIA PROTOCOLO MPLS DE ACESSO EXCLUSIVO E DEDICADO A ESSA FUNÇÃO; A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER ACESSO ADMINISTRADOR AOS EQUIPAMENTOS, PARA O RESPONSÁVEL TÉCNICO DO ÓRGÃO, COMO TAMBÉM SUPORTE SEMPRE QUE NECESSÁRIO NA NECESSIDADE DE IMPLANTAR NOVOS EQUIPAMENTOS COMO ROTEADORES, ACCESS POINT ENTRE OUTROS. EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA REDE FORNECIDO PELA CONTRADADA NO MODELO DE COMODATO, SUPORTE TÉCNICO 24H, ATENDIMENTO EM ATÉ 4H.				
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 21.896,64	

Faculta-se ao fornecedor a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do **Sistema LICITANET**, disponível no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível na **Plataforma LICITANET**, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.1.3. Somente poderão participar deste certame microempresa, empresa de pequeno porte e cooperativas equiparadas a EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, atualizada pela Lei Complementar nº 147/14.

2.2. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA DISPENSA OS FORNECEDORES:

2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato/ata, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

d) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.4. Aplica-se o disposto na alínea "a" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

2.2.5. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

2.3.1. Será aplicada às cooperativas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

- 3.1.** O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- 3.2.** O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
- 3.2.1.** A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 3.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
- 3.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
- 3.4.1.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze (12) meses.
- 3.6.** Independentemente do percentual de tributo considerado na elaboração da proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 3.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Termo de Referência, anexo II** deste aviso de Dispensa Eletrônica, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os materiais, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la.**
- 3.9.** No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:
- 3.9.1.** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.9.2.** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 3.9.3.** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 3.9.4.** Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- 3.9.5.** Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

3.10. Fica facultado ao fornecedor, se disponível a funcionalidade no sistema, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço).

3.10.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta.

3.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 09h (horário de Brasília) da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 0,01**.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contra proposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance/valor negociado.

5.3.1. A proposta final do licitante declarado vencedor e/ou documentos complementares deverão ser encaminhados no prazo mínimo de 2h (duas horas), a contar da solicitação no sistema eletrônico.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. Contiver vícios insanáveis;

5.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pela Administração, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, **via sistema na Plataforma Licitanet** no prazo indicado pela Administração, que não será inferior a 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato/Ata.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato/Ata, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Termo de Contrato/Ata, a Administração poderá encaminhá-lo por meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato/Ata poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O prazo de vigência da contratação é de até 6 (seis) meses, prorrogável, conforme previsão na Lei 14.133/21.

7.4. Na assinatura do contrato/Ata será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato/Ata.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no **art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021**, quais sejam:

8.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato/ata;

8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato/ata que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato/ata;

8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. Não celebrar o contrato/ata ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto deste sem motivo justificado;

8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato/ata;

8.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato/ata;comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.9.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.11. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

8.2.1. Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(ns) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.1.2;

8.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens **8.1.8 a 8.1.2**, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, isenta a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização –



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado na **Plataforma Licitanet**, no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

- 9.8.** No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.9.** As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.10.** Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.11.** Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.12.** Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 9.13.** Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 9.13.1.** ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;
 - 9.13.2.** ANEXO II – Termo de Referência;
 - 9.13.3.** ANEXO III – Modelo de Proposta;
 - 9.13.4.** ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato/Ata;
 - 9.13.5.** ANEXO V – Estudo Técnico Preliminar;
 - 9.13.6.** ANEXO VI- Análise de Risco.

Buritis/RO, 26 março de 2024.

Departamento de Licitações

Cleonildo da Silva de Matos
Agente de Contratação

Patrícia Mendes Martins
Assessora
Francilene Aparecida De Medeiros
Assessora



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. Habilitação jurídica:

- 1.1.** No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2.** Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6.** Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7.** No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- 1.8.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

3. Em relação às fornecedoras cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

3.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato/ata, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764 de 1971;

3.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

3.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

3.4. O registro previsto na Lei nº 5.764/71, art. 107;

3.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato/ata; e

3.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato/ata em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da dispensa;

3.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.



**CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS**

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

VERSÃO 01

DATA DE ELABORAÇÃO: 14/03/2024

RESPONSÁVEL: Moisés Paulo da Costa

MATRÍCULA: 365

ÓRGÃO: Câmara Municipal de Buritis - RO



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064-2024/CMB

Categoria: Serviços Comuns

1 - DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer as diretrizes e especificações técnicas para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento e manutenção de **01 LINK DEDICADO DE ACESSO A INTERNET**: serviço de telecomunicações para implementação, operação e manutenção de **01 (um) circuito de fibra óptica de acesso dedicado à internet de 300MBPS FULL DUPLEX com dupla abordagem, exclusiva, 24 horas por dia, síncrono e permanente para acesso à internet com interconexão LAN TO LAN (MPLS), 01 um) IP PÚBLICO FIXO e 01 FIREWALL**: solução de proteção de rede em cluster (há) com características de NEXT GENERATION FIREWALL (NGFW) e SD-WAN com gestão de LOG para atendimento a LGPD, serviço com canal de comunicação FULL DUPLEX, suporte com atendimento em até 4h com finalidade de acesso à rede mundial de computadores para atender as necessidades da CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS, por um período de até 06 (seis) meses nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme tabela abaixo.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	CASTER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	01 (UM) LINK DEDICADO DE ACESSO A INTERNET: SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE 01 (UM) CIRCUITO DE FIBRA ÓPTICA DE ACESSO DEDICADO À INTERNET DE 300MBPS FULL DUPLEX COM DUPLA ABORDAGEM, EXCLUSIVA, 24 HORAS POR DIA, SÍNCRONO E PERMANENTE PARA ACESSO À INTERNET COM INTERCONEXÃO LAN TO LAN (MPLS). 01 (UM) IP PÚBLICO FIXO. 01 (UM) FIREWALL: SOLUÇÃO DE PROTEÇÃO DE REDE EM CLUSTER (HÁ) COM CARACTERÍSTICAS DE NEXT GENERATION FIREWALL (NGFW) E SD-WAN COM GESTÃO DE LOG PARA ATENDIMENTO A LGPD. SERVIÇO COM CANAL DE COMUNICAÇÃO FULL DUPLEX	26506	SERVIÇO	06 MES	3.649,44	21.896,64



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

<p>CARACTERÍSTICAS: A VELOCIDADE CONTRATADA DEVERÁ SER ENTREGUE NAS DUAS PONTAS ORIGEM/DESTINO, USANDO INFRAESTRUTURA DE FIBRA ÓPTICA CONTEMPLANDO PROTOCOLO MPLS, TENDO COMO LATÊNCIA MÍNIMA 1 (MS), MÉDIA DE 2 (MS) E MÁXIMA DE 5 (MS) COM DESTINO AO ROTEADOR PRINCIPAL LOCALIZADO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - RO, (RUA SÃO LUCAS, Nº 2476, SETOR 06 – CEP: 76.880-000), DISPONIBILIDADE MÍNIMA DA REDE 95% (NOVENTA E CINCO POR CENTO); A PORTA DE COMUNICAÇÃO LAN DO ROTEADOR INSTALADO PELA CONTRATADA, NA CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO, DEVERÁ ESTAR CONECTADA À PORTA DE UM ROTEADOR PREVIAMENTE INSTALADO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS/RO, ATRAVÉS DE UMA INTERCONEXÃO LAN TO LAN VIA PROTOCOLO MPLS DE ACESSO EXCLUSIVO E DEDICADO A ESSA FUNÇÃO; A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER ACESSO ADMINISTRADOR AOS EQUIPAMENTOS, PARA O RESPONSÁVEL TÉCNICO DO ÓRGÃO, COMO TAMBÉM SUPORTE SEMPRE QUE NECESSÁRIO NA NECESSIDADE DE IMPLANTAR NOVOS EQUIPAMENTOS COMO ROTEADORES, ACCESS POINT ENTRE OUTROS. EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA REDE FORNECIDO PELA CONTRATADA NO MODELO DE COMODATO, SUPORTE TÉCNICO 24H, ATENDIMENTO EM ATÉ 4H.</p>					
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--

- 1.1.1. Todos os equipamentos e acessórios necessários para ativação e instalação do link devem ser fornecidos pela contratada, bem como a configuração dos mesmos,



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

disponibilizando, ainda, meios para aferir a velocidade do link contratado.

1.2. Os Serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, vez que, os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais do mercado conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **06 (seis) meses**, contados da data da sua assinatura, prorrogável em caso de necessidade da administração, desde que haja preços e condições mais vantajosas para a Administração, na forma dos Arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021

1.4. O Serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades, considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Para contratações cuja estimativa de preços seja inferior ao disposto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou seja, contratações diretas por dispensa em razão do valor.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024 da Câmara Municipal de Buritis/RO em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

2.4. Justificamos a urgência de contratação do objeto deste Termo de Referência, devido a Câmara Municipal de Buritis, hoje conta com ponto de acesso a internet cedida pela administração do poder executivo municipal, gerando assim a necessidade, mais do que prioritária para realizar este processo licitatório para manutenção deste serviço contínuo.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Os serviços que compõem a solução estão descritos na tabela no campo de Definição do Objeto deste Termo de Referência.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos Gerais

4.1. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por toda e qualquer obra de infraestrutura externa necessária para a execução dos serviços. O circuito de acesso é o meio de comunicação utilizado para interligar a Câmara municipal de Buritis a demais órgão vinculados com o



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

backbone da CONTRATADA.

4.2. Os profissionais que executarão os serviços serão definidos pela CONTRATADA, com quantitativo necessário para atendimento ao volume de serviços solicitados em conformidade com a demanda, padrões e requisitos da Câmara Municipal de Buritis, Departamento de Tecnologia da Informação, e com resultados por meio de indicadores de desempenho e qualidade.

4.3. Não serão permitidos enlaces de rádio em função dos inconvenientes provocados pela instalação predial e pela suscetibilidade a interferências que podem impactar diretamente a disponibilidade do serviço.

4.4. Local de instalação do equipamento necessário para acesso à Internet: Prédio da Câmara Municipal de Buritis, Rua Theobroma, nº 1374, Setor 02, Buritis-RO, CEP: 76.880-000.

Requisitos Técnicos

4.5. Qualificação Técnica – Apresentar Atestado(s) de capacidade técnica operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante tenha fornecido ou esteja fornecendo, a contento, os produtos de natureza semelhante com o objeto ora licitado.

4.6. Certificações de padrões de qualidade reconhecidos na indústria em conformidade com regulamentações governamentais e certificações de segurança cibernética.

4.7. Data centers dedicados para hospedar os servidores e sistemas necessários com energia redundante, resfriamento adequado e medidas de segurança robustas para garantir a disponibilidade e a confiabilidade do serviço.

4.8. A PROPONENTE deverá ter equipe técnica qualificada para operar e manter uma rede de alta velocidade e baixa latência, monitorando e solucionando eventuais instabilidades a fim de garantir sua operação contínua e sua qualidade de certificação.

4.9. A PROPONENTE deverá apresentar Termo de autorização expedida pela ANATEL para prestação de Serviço de comunicação multimídia (SCM).

4.10. A PROPONENTE deverá apresentar Declaração/Termo de Autorização de uso de postes e/ou Contrato de Utilização de Postes com a Concessionária de Energia Elétrica.

Requisitos Legais

4.11. A presente contratação deve observar as seguintes leis e normas:

4.11.1. Constituição da República Federativa do Brasil;

4.11.2. Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, que institui normas para licitações e contratos na Administração Pública;



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

4.11.3. Lei nº 13.709, de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

Requisitos de Manutenção

4.12. Este serviço deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, garantindo índice de disponibilidade mensal de no mínimo 95% (noventa e cinco por cento).

4.13. Tempo de recuperação do serviço de internet deverá ser de até 04 (quatro) horas corridos a contar da abertura de chamado junto a CONTRATADA.

4.14. Qualquer paralisação será considerada como indisponibilidade, desde que comprovadamente a falha não seja ocasionada pela CONTRATANTE.

4.15. Quaisquer equipamentos, peças ou outros materiais que apresentem defeitos de fabricação, instalação ou desgaste normal pelo uso, devem ser substituídos por originais iguais ou superiores sem ônus para a CONTRATANTE.

4.16. Todas as necessidades de manutenção deverão ser adotadas pela empresa CONTRATADA visando garantir a ininterruptibilidade das comunicações entre as pontas do enlace.

Subcontratação

4.17. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.18. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Vistoria

4.19. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pelo das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07h30 às 13h30.

4.20. Serão disponibilizados datas e horários diferentes aos interessados em realizar vistoria prévia.

4.21. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.22. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5 – EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução do objeto

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. A implantação dos pontos consiste na instalação e ativação. Por instalação entende-se como sendo o estabelecimento entre a conexão física e colocação de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do serviço na respectiva Câmara Municipal de Buritis e Prefeitura/Setor da Administração Municipal. Por ativação entende-se a colocação dos equipamentos instalados em pleno funcionamento. Por pleno funcionamento entende-se o atendimento a todos os requisitos definidos neste Termo de Referência.

5.1.2. Uma vez solicitada a instalação e ativação, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para sua devida realização.

5.1.3. As empresas interessadas poderão realizar visitas e reuniões com o CONTRATANTE a fim de sanar todas as dúvidas inerentes ao objeto deste Termo, de forma a obterem pleno conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a sua execução, bem como de todas as informações necessárias à formulação da sua proposta de preços. É recomendável a realização destas visitas e reuniões, e estas devem ser realizadas até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública, mediante agendamento prévio com o CONTRATANTE.

5.1.4. A realização das visitas e reuniões não se consubstanciam em condição para participação na licitação, ficando, contudo, as licitantes cientes de que, após a apresentação das propostas, não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, em face do desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

Local de Prestação dos Serviços

5.2. O local para instalação do ponto, dentro do endereço indicado neste Termo de Referência, será indicado pela CONTRATANTE.

5.3. Caso exista viabilidade técnica a CONTRATANTE poderá solicitar mudança de endereço/localização do ponto contratado. O prazo para realização da mudança será o mesmo daquele para instalação e ativação do ponto.

Especificação da garantia do serviço (Art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021).

5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.5. Na ocasião de término de contrato, caso os serviços prestados seja objeto de um novo certame e outra empresa seja vencedora, a CONTRATADA atual deverá colaborar para a transição sem impacto na continuidade dos serviços, para isso fornecendo à nova contratada, por intermédio da CONTRATANTE, todas as informações, configurações, topologias e demais requisitos e informações relevantes para tanto.

Mecanismos formais de comunicação

5.6. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, os seguintes:

- 5.6.1. Ordem de Serviço;
- 5.6.2. Ata de Reunião;
- 5.6.3. Ofício;
- 5.6.4. Sistema de abertura de chamados;
- 5.6.5. E-mails e Cartas.

Crítérios de Recebimento e Pagamento

5.7. O faturamento deverá ser realizado mensalmente, sendo a fatura composta de 1/6 do valor contratado, descontados os valores das sanções aplicadas.

5.8. O pagamento da nota fiscal deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do recebimento e atesto da Nota Fiscal.

5.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

5.10. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços, conforme Art. 45 do decreto municipal nº 13.509/2023.

5.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicação.

5.12. Independente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.14. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.14.1. Não produzir os resultados acordados;

5.14.2. Deixar de executar, ou não executar com qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

6.14.3. Deixar de utilizar materiais e recursos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6 – GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.6. A fiscalização da contratação decorrente caberá a Câmara Municipal de Buritis, a qual designará servidores nomeados através de portaria/decreto conforme indicação do atual gestor da pasta para fiscalizar e acompanhar o objeto da presente licitação, esses servidores determinarão o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos da Resolução 19/2023 da Câmara Municipal de Buritis.

6.7. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.8. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.9. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

6.10. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o termino do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Sanções Administrativas

6.14. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o Contratado que:

- 6.14.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 6.14.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano a administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 6.14.3. Der causa à inexecução total do contrato;
- 6.14.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 6.14.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 6.14.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 6.14.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 6.14.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento licitatório ou na execução do contrato;
- 6.14.9. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 6.14.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 6.14.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação.

6.15. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- 6.15.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, §2º, da Lei);
- 6.15.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

parágrafos, 6.14.1, 6.14.2, 6.14.3, 6.14.4, 6.14.5 e 6.14.6 do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, §4º, da Lei);

6.15.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos parágrafos 6.14.7; 6.14.8; 6.14.9; 6.14.10 e 6.14.11, que justifiquem a imposição de penalidades mais grave (Art. 156, §5º, da Lei).

6.16. Multa:

6.16.1. A multa a ser calculada não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado;

6.16.2. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por inexecução total do contrato;

6.16.3. Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

6.17. A aplicação das sanções previstas neste, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (Art. 156, §9º).

6.18. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (Art. 156, §7º).

6.19. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no Art. 158 caput da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.20. Na aplicação das sanções serão considerados (Art. 156, 1º):

6.20.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

6.20.2. As peculiaridades do caso concreto;

6.20.3. As circunstâncias do caso concreto;

6.20.4. Os danos que dela provierem para o Contratante.

6.21. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

6.22. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação da forma do Art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

8 – SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO,



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

na modalidade mais vantajosa para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço POR ITEM, em regime aberto.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

8.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.9. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o Art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.10. Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;

8.11. Ato de autorização para o exercício da atividade de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), expedido pela ANATEL nos termos da Resolução nº 614, ANATEL.

8.12. Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso),



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. Fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. **Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial – (Lei nº 11.101/2005)** expedida pelo distribuidor da sede da empresa, EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa) dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

8.23 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

Qualificação Técnica

8.24. Apresentar **Atestado(s) de Capacidade Técnica Operacional**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante tenha fornecido ou esteja fornecendo, a contento, os produtos de natureza semelhante com o objeto ora licitado.

8.25. O atestado de capacidade técnico emitido por **pessoa jurídica de direito privado** deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição detalhada do objeto, quantidades e prazos de fornecimento dos materiais.

8.26. Todas as informações prestadas no Atestado de Capacidade Técnica estarão sujeitas a verificação e confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade através de diligência, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas. Poderá ser aberto prazo ao licitante para atendimento a diligência, que poderá ser realizada por convocação através do próprio sistema comprasnet.

8.27. Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) e correspondentes ao(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s).

8.27. A apresentação do Atestado de Capacidade Técnica neste caso é necessária para comprovar que a empresa vencedora da licitação tem competência para executar os serviços objeto deste termo de referência.

9 – ESTIMATIVA DO PREÇO

9.1. O valor estimado total para atender a demanda da Câmara Municipal de Buritis, é de **R\$ 21.896,64 (vinte e um mil oitocentos e noventa e seis reais e sessenta e quatro centavos)** conforme estimativa de gastos por um período de 06 (seis) meses para o exercício de 2024, previsto no DFD e Termo de Referência.

10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 Os recursos serão oriundos do orçamento vigente do Projeto/Atividade 01 031 1000 2001 0000 Manutenção das Atividades Administrativas da Câmara - Elemento de Despesa 3.3.90.40.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.

10.2 Ocorrendo a futura e eventual contratação neste exercício, às respectivas despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrá à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Câmara Municipal de Buritis-RO.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada na fase de



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

planejamento em momento oportuno para aprovação da Lei Orçamentária.

10.4. Com base na estimativa de gastos deve ser feita a reserva de dotação orçamentária como objetivo de garantir o prosseguimento do processo licitatório.

11. INFORMAÇÕES GERAIS

11.1. Mais informações poderão se adquiridas pelos telefones (069) 3238 - 3107 e (069) 3238 3111, nos e-mails: cplcamaraburitis@gmail.com e pregao@buritis.ro.leg.br ou na sala de Licitações, situada na sede da Câmara Municipal de Buritis, Rua Theobroma, nº 1374, Setor 2 – Buritis/RO, de segunda à sexta-feira das 07h30 às 13h30.

Edivaldo da Silva Souza
Diretor de Planejamento e Orçamento

Submete-se o presente Projeto Básico para que seja aprovado pela autoridade competente da Câmara Municipal de Buritis/RO.

Aprovo o presente Projeto Básico/Termo de Referência, nos termos da Lei 14.133/2021.

Moisés Paulo da Costa
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA

Referência: Dispensa Eletrônica nº 4/2024 CMB/RO

Processo Administrativo nº 64/2024

À Câmara Municipal de Buritis/RO.

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

EMAIL:

RESPONSÁVEL PARA CONTATO:

1. Em atendimento ao Aviso de Dispensa de Eletrônica em referência, apresentamos nossa proposta de preços para o(s) item(ns) abaixo especificado(s), conforme seu Anexo II -Termo de Referência, e nas condições que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	Valor UNITÁRIO (R\$)	Valor TOTAL (R\$)
Valor TOTAL (R\$)						

2. Esta proposta é válida por no mínimo 60 dias, a contar da data de sua apresentação.

3. A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO será conforme solicitação do setor responsável, no endereço correspondente ao que se vincula(m) o(s) item(ns), observado o item 5 anexo II-Termo de Referência, deste Edital de Dispensa Eletrônica.

4. Declaramos não possuir administrador ou sócio com poder de direção ou ainda familiar detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação, assim como de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante. Que não possui em seu quadro societário e/ou funcional, relação familiar, tampouco laços de afinidade ou parentesco natural e civil, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, com servidor da Camara Municipal de Buritis/RO.



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

5. Os contatos poderão ser efetuados através do telefone ----- e do e-mail --.
6. Estão inclusos nos preços todos os custos operacionais e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, frete, encargos previdenciários, trabalhistas e outros necessários ao cumprimento integral do objeto. .
7. Estamos cientes e aceitamos as condições do Aviso de Dispensa Eletrônica em epígrafe, inclusive as fixadas para pagamento.

(Local e data)

(Assinatura do representante legal)



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64/2024

A Câmara Municipal de Buritis, por intermédio do Departamento de Licitação, CNPJ nº 01.651.731/0001-60, sediada na Rua Theobroma nº 1374 – Setor 02 -CEP 76.880-000 Buritis/RO, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas à **DISPENSA ELETRÔNICA nº 04/2024, processo administrativo nº 64/2024**, RESOLVE contratar a empresa indicada e qualificada neste contrato, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de Dispensa Eletrônica, integram este instrumento de contrato e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Dispensa Eletrônica tem por objeto a eventual contratação de empresa, para prestação de serviço de **LINK DEDICADO DE ACESSO A INTERNET**, para atender as demandas da Câmara Municipal de Buritis do Município do estado de Rondônia, por um período de 6 (seis) meses, para atender as demandas da Câmara Municipal de Buritis do Município do estado de Rondônia, de acordo com as especificações técnicas mínimas e as condições de fornecimento definidas no Termo de Referência, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Buritis/RO, conforme o **Edital da Dispensa Eletrônica nº 04/2024**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço contratado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Item	Discriminação	Unidade	Quantidade Total Estimada
1	<p>01 (UM) LINK DEDICADO DE ACESSO A INTERNET: SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE 01 (UM) CIRCUITO DE FIBRA ÓPTICA DE ACESSO DEDICADO À INTERNET DE 300MBPS FULL DUPLEX COM DUPLA ABORDAGEM, EXCLUSIVA, 24 HORAS POR DIA, SÍNCRONO E PERMANENTE PARA ACESSO À INTERNET COM INTERCONEXÃO LAN TO LAN (MPLS).</p> <p>01 (UM) IP PÚBLICO FIXO.</p> <p>01 (UM) FIREWALL: SOLUÇÃO DE PROTEÇÃO DE REDE EM CLUSTER (HÁ) COM CARACTERÍSTICAS DE NEXT GENERATION FIREWALL (NGFW) E SD-WAN COM GESTÃO DE LOG PARA ATENDIMENTO A LGPD. SERVIÇO COM CANAL DE COMUNICAÇÃO FULL DUPLEX</p> <p>CARACTERÍSTICAS: A VELOCIDADE CONTRATADA DEVERÁ SER: ENTREGUE NAS DUAS PONTAS ORIGEM/DESTINO, USANDO INFRAESTRUTURA DE FIBRA ÓPTICA CONTEMPLANDO PROTOCOLO MPLS, TENDO COMO LATÊNCIA MÍNIMA 1 (MS), MÉDIA DE 2 (MS) E MÁXIMA DE 5 (MS) COM DESTINO AO ROTEADOR PRINCIPAL LOCALIZADO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - RO, (RUA SÃO LUCAS, Nº 2476, SETOR 06 – CEP: 76.880- 000), DISPONIBILIDADE MÍNIMA DA REDE 95% (NOVENTA E CINCO POR CENTO); A PORTA DE COMUNICAÇÃO LAN DO ROTEADOR INSTALADO PELA CONTRATADA, NA CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO, DEVERÁ ESTAR CONECTADA À PORTA DE UM ROTEADOR PREVIAMENTE INSTALADO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS/RO, ATRAVÉS DE UMA INTERCONEXÃO LAN TO LAN VIA PROTOCOLO MPLS DE ACESSO EXCLUSIVO E DEDICADO A ESSA FUNÇÃO; A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER ACESSO ADMINISTRADOR AOS EQUIPAMENTOS, PARA O RESPONSÁVEL TÉCNICO DO ÓRGÃO, COMO TAMBÉM SUPORTE SEMPRE QUE NECESSÁRIO NA NECESSIDADE DE IMPLANTAR NOVOS EQUIPAMENTOS COMO ROTEADORES, ACCESS POINT ENTRE OUTROS. EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA REDE FORNECIDO PELA CONTRATADA NO MODELO DE COMODATO, SUPORTE TÉCNICO 24H, ATENDIMENTO EM ATÉ 4H..</p>	meses	6

3. CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será a Câmara Municipal de Buritis/RO.



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VALIDADE DO CONTRATO

5.1 A validade do contrato será de 6 meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada conforme Art. 107 Lei 14.133 de 1º de abril de 2021

6. CLÁUSULA SEXTA – REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado a fim de verificar a vantajosidade dos preços contratados.

6.2. Os preços contratados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3 Quando o preço contratado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade

6.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços contratados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1 liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação deste contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7 O contrato com fornecedor será cancelado quando:

6.7.1 Descumprir as condições do contrato;

6.7.2 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4 Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador.

6.8 O cancelamento do contrato nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9 O cancelamento do contrato poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1 Por razão de interesse público; ou

6.9.2 A pedido do fornecedor.

8. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 O descumprimento do contrato ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo aplicando multa com o percentual descrito a seguir).

7.1.1 Nos termos do Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, será aplicado Multa de até 30% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações;

7.2 É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado neste contrato, conforme a Lei 14.133/2021. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.3 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação seguirão as estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

9. CLÁUSULA OITAVA – CONDIÇÕES GERAIS



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

8.1 As condições gerais da prestação dos serviços, das obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO II DO EDITAL.

8.2 As normas disciplinadoras deste Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.3 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

8.4 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

MOISÉS PAULO DA COSTA

Presidente a Câmara Municipal de Buritis/RO



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

ANEXO V

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – 15/2024

1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do Processo 64/2024.

2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O presente estudo técnico tem por objetivo analisar a viabilidade de contratação de serviço de internet, justifica – se que o serviço de fornecimento de link de internet dedicado com interconexão lan-to-lan é um serviço essencial para o funcionamento dos trabalhos administrativos e legislativos desta casa, serviços de comunicações para tráfego de dados de aplicações corporativas, tráfego de voz e imagens, videoconferência e acesso à internet como:

- acesso ao sistema de processo eletrônico;
- folha de pagamento;
- frotas, patrimônio, almoxarifado, scpi;
- transmissão ao vivo das sessões plenárias e audiências públicas;
- publicação de informações no portal institucional e portal transparência;
- realização de qualquer atividade que demanda acesso a internet para continuidade das atividades do órgão;

3 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente contratação tem previsão no plano anual de Contratações, o qual consta no processo 174/2023 (id 36637), para o ano de 2024.

4– REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Itens/Serviços a serem adquiridos

01 link dedicado de acesso à internet: serviço de telecomunicações para implementação, operação e manutenção de 01 (um) circuito de fibra óptica de acesso dedicado à internet de 300mbps full duplex com dupla abordagem, exclusiva, 24 horas por dia, síncrono e permanente para acesso à internet com interconexão lan-to-lan (MPLS).



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

01 um) IP público fixo: Diminuição da latência Como a contratação do IP Fixo elimina a etapa de negociação da conexão, o tempo inativo da conexão é menor. Isso gera um impacto no desempenho da internet, resultando em uma internet mais responsiva, diminuindo a latência. Aumento da performance O IP fixo é ideal para situações em que se necessita de uma rede de alta performance, eliminando quaisquer chances de erros ou demora na distribuição dos endereços de IP (que numa rede dinâmica, seriam gerenciadas pelo protocolo DHCP).

01 firewall: solução de proteção de rede em cluster (há) com características de Next Generation firewall (NGFW) e SD-WAN com gestão de log para atendimento a LGPD, a empresa contratada fica responsável de fazer estudo para determinar a melhor solução que atenda as necessidades da Câmara Municipal de Buritis a fim de garantir a segurança e continuidade dos trabalhos do Órgão.

Características: a velocidade contratada deverá ser entregue nas duas pontas origem/destino/origem, usando infraestrutura de fibra óptica contemplando protocolo MPLS, tendo como latência mínima 1 (ms), média de 2 (ms) e máxima de 5 (ms) com destino ao roteador principal localizado na Prefeitura

Municipal de Buritis - RO, (Rua São Lucas, nº 2476, setor 06 – cep: 76.880-000), disponibilidade mínima da rede 95% (noventa e cinco por cento);

A porta de comunicação LAN do roteador instalado pela contratada, na Câmara Municipal de Buritis/RO, deverá estar conectada à porta de um roteador previamente instalado na Prefeitura Municipal de Buritis/RO, através de uma interconexão lan-to-lan via protocolo MPLS de acesso exclusivo e dedicado a essa função;

A contratada deverá fornecer acesso administrador dos equipamentos instalados para o responsável técnico Órgão, como também suporte sempre que necessário na necessidade de implantar novos equipamentos como roteadores, Access Point entre outros.

Equipamentos necessários para instalação e funcionamento da rede fornecido pela contratada no modelo de comodato, suporte técnico 24h, atendimento em até 4h.

Requisitos Gerais da Contratação

Possuir as certidões válidas, com comprovação através de certidão negativa;

Atender as solicitações nos prazos estipulados em contrato;



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Cumprir o objeto do contrato estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação.

5 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Contratação do serviço pelo prazo de 6 meses.

6 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Atualmente, existem no mercado as seguintes tecnologias para acesso dedicado à Internet.

Link de Rádio Dedicado - trata-se de um link baseado em equipamentos de radiocomunicação, cujo desempenho e disponibilidade estão sujeitos a interferências elétricas e eletromagnéticas que podem tornar indisponível o serviço;

Flexibilidade: dentro da área de cobertura, uma determinada estação (nesse trabalho, eu considerarei uma estação como sendo qualquer nó sem fio) pode se comunicar sem nenhuma restrição. Além disso, permite que a rede alcance lugares onde os fios não poderiam chegar.

O preço: dos equipamentos de Redes sem Fio é mais alto que os equivalentes em redes cabeadas;

Baixa transferência de dados: embora a taxa de transmissão das Redes sem Fio esteja crescendo rapidamente, ela ainda é muito baixa se comparada com as redes cabeadas.

Qualidade de serviço: a qualidade do serviço provido ainda é menor que a das redes cabeadas. As principais razões para isso são a pequena banda passante devido às limitações da radiotransmissão e a alta taxa de erro devido à interferência.

Link Dedicado - Trata-se de um circuito que oferece interferências e oscilações perto de zero, garantindo quase que a totalidade de disponibilidade e velocidade de navegação 24 horas por dia, 7 dias por semana. Há também a simetria de transporte de dados; possibilitando a separação das bandas de upload e download;

Pode ser prestado por meio de redes metálicas e ópticas;

Pouco suscetível a interferências elétricas e eletromagnéticas;

Link Dedicado via fibra óptica - é a opção tecnológica escolhida para contratação que atenderá a necessidade demandada pela Câmara Municipal de Buritis, por apresentar condições de viabilidade técnica de instalação e operação que melhor se adequa ao ambiente físico;



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

7 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Conforme pesquisa no banco de preço, e prazo de 6 meses da contratação, o valor estimado é de 21.896,64 (vinte um mil oitocentos e noventa e seis reais e sessenta e quatro centavos).

8 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução escolhida pela Administração é a **Link Dedicado via fibra óptica** - é a opção tecnológica escolhida para contratação que atenderá a necessidade demandada pela Câmara Municipal de Buritis, por apresentar condições de viabilidade técnica de instalação e operação que melhor se adequa ao ambiente físico;

Desta forma, devido ser uma contratação emergencial de pequeno valor, a lei nº 14133 admite-se a dispensa da licitação para contratação.

9 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Não há parcelamento, pois, a prestação do Serviço de acesso à internet para a Câmara Municipal de Buritis, é viável que seja fornecido/prestado por uma única empresa.

10 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Serviço de acesso à internet que atenda a demanda da Câmara Municipal de Buritis, observados os padrões de qualidade elencados nos requisitos da contratação.

11 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não se verifica a necessidade de providências específicas a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, nem quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

12 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

13 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Não há impacto ambiental relevante com essa contratação.

14 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Considerando as informações relatadas neste ETP, declaramos que a solução é tecnicamente viável de ser implantada.

15 – RESPONSÁVEIS ELABORAÇÃO DO ESTUDO TECNICO - ETP

Danilo Novaes de Souza

Karina do Nascimento Otávio de Matos

Ricardo Henrique de Oliveira



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

ANEXO VI
ANÁLISE DE RISCOS – 15/2024

MAPA DE RISCO				
CONTRATAÇÃO DE FORNECEDOR DE ACESSO A INTERNET				
IDENTIFICAÇÃO DE RISCO	NÍVEL DE RISCO PRIORIZAÇÃO	RESPOSTA (M, A, ou E)	AÇÕES SUGERIDAS	PLANO DE AÇÃO
Risco Causa do risco e Consequências	Baixo Médio Alto			QUEM? QUANDO? COMO?
ETAPA DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA				
Falta de recursos para a contratação	Baixo	Evitar	Reserva de dotação orçamentária prévia vinculando o recurso estimado	Envio para setor de contabilidade para reserva de dotação
Estimativa incorreta de preços	Baixo	Mitigar	Cotação de preço	Setor CPL
Análise dos fornecedores dos bens			Contratação Direta	
Seleção de licitantes sem condições de cumprir o contrato	–	–	Contratação Direta	
Ausência de justificativa para a contratação	Baixo	Mitigar	Apresentar justificativa para contratação conforme necessidades e planejamento estratégico da contratante	Comissão de elaboração do estudo técnico
Não Atendimento aos níveis mínimos de qualidade	Baixo	Mitigar	Estabelecer meios de monitoração e controles proativos da qualidade dos serviços	Acompanhamento de realização do serviço pelo fiscal de contrato
Interrupção da execução ou	Baixo	Evitar	Utilizar os artefatos de planejamento produzidos, com as	Equipe de



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

rescisão do contrato			atualizações baseadas na Infraestrutura e experiência adquirida no processo de gestão e fiscalização anteriores	Planejamento da Contratação na Elaboração do ETP e TR - Trabalho em conjunto
----------------------	--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------